

A “ESCREVIVÊNCIA” COMO ATO DE RESISTÊNCIA: IDENTIDADE E MEMÓRIA NA OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

LA “ESCREVIVÊNCIA” COMO ACTO DE RESISTENCIA: IDENTIDAD Y MEMORIA EN LA OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO.

Flaviano da Silva¹

Jociane Gomes de Oliveira²

RESUMO

A literatura brasileira constituiu-se historicamente sob uma perspectiva hegemônica que frequentemente relegou as vozes e a subjetividade das mulheres negras à margem do cânone ou à estereotipação de suas existências. Diante dessa lacuna histórica e pedagógica nos cursos de formação docente, este trabalho investiga de que maneira o conceito de “escrevivência”, proposto por Conceição Evaristo, atua como um instrumento de resistência político-estética e de reconstrução da identidade da mulher negra na literatura contemporânea. Parte-se da hipótese de que a escrita evaristiana rompe com os estigmas coloniais e com a dicotomia entre ficção e realidade, permitindo que a subjetividade feminina negra seja reafirmada como mecanismo de denúncia social, cura ancestral e insubordinação epistêmica. O objetivo geral consiste em analisar a escrevivência como poética de insurgência que desestabiliza a autobiografia tradicional e tensiona a matriz eurocêntrica dos currículos de Letras, promovendo o letramento antirracista. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, amparada na hermenêutica literária. O corpus analítico debruça-se sobre a obra “Olhos d'água” (2014), o romance “Ponciá Vicêncio” (2017) e ensaios teóricos da autora, em articulação com o aporte crítico de Nilma Lino Gomes (2017), Bell Hooks (2013), Domício Proença Filho (2004) e Djamila Ribeiro (2019). Como resultados, o estudo demonstra que a escrevivência fratura o pacto autobiográfico individualista ao fundir o “eu” a um “nós” comunitário fundamentado na memória espiralar e na ancestralidade. Constata-se que as estratégias narrativas de Evaristo devolvem a agência e a densidade psicológica às personagens femininas negras, subvertendo arquétipos históricos como o do “escravo nobre” e da “mulata hipersexualizada”. Conclui-se ainda que a inserção sistemática dessa autoria nos currículos universitários configura um ato imperativo de justiça epistêmica e um recurso pedagógico fundamental para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Escrevivência; Conceição Evaristo; Identidade e Memória; Ensino de Letras.

RESUMEN

La literatura brasileña se ha constituido históricamente bajo una perspectiva hegemónica que con frecuencia ha relegado las voces y la subjetividad de las mujeres negras al margen del

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima /Campus Boa Vista /CBV(IFRR), Boa Vista, RR, Brasil. E-mail: flavianoadmpublica@gmail.com

² Professora orientadora. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima - UFRR. E-mail: jocianegomesdeoliveira@gmail.com

canon o a la estereotipación de sus existencias. Frente a esta laguna histórica y pedagógica en los cursos de formación docente, este trabajo investiga de qué manera el concepto de “*escrevivência*”, propuesto por Conceição Evaristo, actúa como un instrumento de resistencia político-estética y de reconstrucción de la identidad de la mujer negra en la literatura contemporánea. Se parte de la hipótesis de que la escritura evaristiana rompe con los estigmas coloniales y con la dicotomía entre ficción y realidad, permitiendo que la subjetividad femenina negra sea reafirmada como un mecanismo de denuncia social, curación ancestral e insubordinación epistémica. El objetivo general consiste en analizar la “*escrevivência*” como una poética de insurgencia que desestabiliza la autobiografía tradicional y tensiona la matriz eurocéntrica de los currículos de Letras, promoviendo la alfabetización antirracista. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza bibliográfica, fundamentada en la hermenéutica literaria. El corpus analítico examina la obra “*Olhos d'água*” (2014), la novela “*Ponciá Vicêncio*” (2017) y ensayos teóricos de la autora, en articulación con el marco crítico de Nilma Lino Gomes (2017), Bell Hooks (2013), Domício Proença Filho (2004) y Djamila Ribeiro (2019). Como resultados, el estudio demuestra que la “*escrevivência*” quiebra el pacto autobiográfico individualista al fusionar el “yo” con un “nosotros” comunitario fundamentado en la memoria espiralar y en la ancestralidad. Se constata que las estrategias narrativas de Evaristo devuelven la agencia y la densidad psicológica a los personajes femeninos negros, subvirtiendo arquetipos históricos como el del “esclavo noble” y la “mulata hipersexualizada”. Se concluye que la inserción sistemática de esta autoría en los currículos universitarios configura un acto imperativo de justicia epistémica y un recurso pedagógico fundamental para la implementación efectiva de la Ley nº 10.639/2003 en la Educación Básica.

Palabras clave: *Escrevivência*; Conceição Evaristo; Identidad y Memoria; Enseñanza de Letras.

1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira, durante séculos, foi consolidada sob uma perspectiva hegemônica que frequentemente relegou as vozes negras à margem do cânone ou à estereotipação de suas existências. No entanto, um movimento de insurgência literária tem transformado esse cenário, trazendo para o centro do debate produções que não apenas narram a experiência negra, mas o fazem a partir de uma autoria consciente e politizada. Sendo assim, este trabalho dedica-se ao estudo dessa produção, focando especificamente na obra de Conceição Evaristo e no seu conceito fundamental de “*escrevivência*”.

A escolha pelo estudo da literatura produzida por uma escritora negra brasileira não é fruto de um interesse meramente acadêmico, mas da percepção de uma lacuna histórica e pedagógica que permeia a formação docente em Letras. Ao longo da graduação, observa-se que o cânone literário nacional ainda se apresenta, em grande medida, como um território de vozes homogêneas, onde a subjetividade da mulher negra é frequentemente silenciada ou narrada por terceiros. Portanto, a relevância desta pesquisa reside na urgência de tensionar

essas ausências, trazendo para o centro da discussão acadêmica uma intelectualidade que, embora pulsante, ainda luta por espaço nos currículos tradicionais.

O problema central que norteia esta investigação reside na seguinte questão: de que maneira o conceito de escrevivência, proposto pela autora supracitada, atua como um instrumento de resistência e de reconstrução da identidade da mulher negra na literatura contemporânea? Parte-se da hipótese de que a escrita de Evaristo rompe com a dicotomia entre ficção e realidade, permitindo que a subjetividade da mulher negra seja reafirmada fora dos estigmas coloniais, servindo como um mecanismo de denúncia social e de cura ancestral. Para tanto, o objetivo geral consiste em analisar a escrevivência como poética de insurgência que desestabiliza a autobiografia tradicional e tensiona a matriz eurocêntrica dos currículos de Letras, promovendo o letramento antirracista.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de consolidar uma educação antirracista dentro do campo das Letras. Ao analisar como a literatura produzida por mulheres negras tensiona o apagamento histórico, este trabalho dialoga com a urgência de currículos mais diversos e inclusivos. A fundamentação teórica ancora-se na própria concepção da “escrevivência”, complementada pelas discussões sobre o movimento negro educador de Nilma Lino Gomes (2017) e a necessidade de práticas pedagógicas libertadoras defendidas por Bell Hooks (2013).

No que tange aos procedimentos e recursos metodológicos, esta pesquisa classifica-se como qualitativa e de natureza bibliográfica. Segundo a tipologia de pesquisa acadêmica, o trabalho utiliza o método de análise literária, debruçando-se sobre a obra “Olhos d'Água” (2014), “Ponciá Vicêncio” (2017) e ensaios teóricos da autora. Os elementos participantes da investigação são os textos literários e as construções discursivas que representam a identidade feminina negra. O procedimento de coleta de dados envolve o levantamento bibliográfico em acervos digitais e físicos, selecionando obras que discutem a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. A análise de dados será realizada por meio da hermenêutica literária, buscando identificar nos textos as marcas da memória, da ancestralidade e da resistência que caracterizam a escrita de Evaristo.

Este trabalho está organizado em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o aporte teórico sobre a gênese do conceito de escrevivência diferenciando-o da escrita autobiográfica tradicional a partir da perspectiva da memória coletiva. A segunda seção dedica-se à análise da representação da mulher negra em contos selecionados, identificando estratégias narrativas que rompem com silenciamentos

históricos. A terceira seção discute o papel da autoria negra feminina no currículo de Letras, focando na formação de uma consciência crítica e no ensino de relações étnico-raciais.

Por fim, este trabalho é movido pelo desejo de contribuir para um campo de estudo que humaniza e emancipa. Para que a literatura cumpra sua função social, ela precisa refletir a pluralidade das experiências humanas. Estudar as escritoras negras é, portanto, um movimento de justiça epistêmica. Esta investigação pretende, ao seu final, não apenas preencher requisitos acadêmicos, mas oferecer uma reflexão profunda sobre como as palavras podem curar feridas históricas e projetar novos horizontes de representatividade e dignidade para a população negra brasileira.

2 O CONCEITO DE ESCRIVIVÊNCIA E A RUPTURA COM A AUTOBIOGRAFIA TRADICIONAL SOB A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA COLETIVA

O conceito de “escrevivência”, cunhado pela eminente escritora, poeta e intelectual mineira Conceição Evaristo, desponta no cenário literário e acadêmico brasileiro contemporâneo não apenas como uma mera categoria estética inovadora, mas como um autêntico manifesto de insubordinação epistêmica, política e cultural. Formulado inicialmente na década de 1990 e continuamente aprofundado em ensaios posteriores, como no paradigmático estudo “Literatura Negra: uma poética de nossa afro brasilidade” (2026), a escrevivência define-se pela premência de grafar a vivência histórica, subjetiva, corpórea e ancestral que atravessa o ser-mulher-negra no tecido social brasileiro.

Nas palavras da própria autora, a proposta não visa o deleite passivo ou a distração das classes dominantes, mas sim o tensionamento incisivo das estruturas de opressão coloniais e patriarcais que permanecem operantes no cotidiano nacional: “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2005, p. 2). Percebe-se, no texto supracitado, que não se trata de uma escrita complacente, mas de uma literatura que se assume como um corpo político, que carrega em si a rasura de uma história oficial que nos silenciou por séculos (Evaristo, 2020).

Desta maneira, o ato de escrever para as populações subalternizadas e historicamente marginalizadas assume uma dupla condição: a de estratégia fundamental de sobrevivência e a de mecanismo de autodefinição identitária. Ao analisar detidamente a genealogia do termo, percebe-se que ele é composto pela aglutinação semântica e existencial entre os verbos “escrever” e “viver”. Todavia, há uma especificidade teórica que não pode ser negligenciada pelo crítico literário: a experiência vivida não se constitui como um rele pano de fundo ou

tema acessório para a fabulação ficcional; ao contrário, ela é a própria matéria-prima que dita o ritmo, a sintaxe, a escolha vocabular e a espessura estética da narrativa.

Além disso, essa indissociabilidade entre vida e escrita faz com que o texto literário funcione como uma extensão do próprio corpo que escreve e das vozes que o precederam. A matéria vivida, longe de se encerrar no registro puramente biográfico, transmuta-se em linguagem: a contação de histórias ao redor do fogo, o peso do trabalho compulsório e as fraturas da diáspora negra tornam-se os vetores que governam a engenharia do conto e do romance evaristiano. A espessura estética da obra resulta, portanto, dessa fricção constante onde a literatura deixa de ser um exercício de contemplação abstrata e passa a ser o território onde o sujeito marginalizado inscreve sua própria presença e historicidade através da palavra. A respeito dessa imersão existencial no fazer literário, Conceição Evaristo esclarece como a experiência racializada e de gênero opera não apenas como tema, mas como o motor irrenunciável que atravessa e contamina toda a sua produção:

[A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência (Lima, 2017, s/p *apud* Leite; Nolasco, 2019 p.5).

Como amplamente discutido pelos ensaios críticos reunidos na coletânea organizada por Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário Alves (2020), intitulada “Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo”, essa formulação teórica desestabiliza frontalmente a secular premissa de neutralidade ou universalidade da literatura hegemônica ocidental. Expõe-se, com isso, que toda e qualquer escrita parte inevitavelmente de uma localização social bem demarcada, isto é, de um corpo situado que é atravessado pelo tempo, pelo espaço e pelas perversas relações de poder que regulam a sociedade.

Para que se compreenda a especificidade e o impacto profundo da escrevivência de Evaristo no campo das Letras, torna-se imperativo situá-la à luz das discussões sobre a própria delimitação do que venha a ser a literatura afro-brasileira ou negra. Como aponta Natanael Vieira (2023) citando Lobo (2007), em estudo apresentado no Congresso Nacional de Educação (CONEDU), faz-se necessário estabelecer uma separação nítida entre o discurso

historicamente construído de forma externa sobre o sujeito negro e aquele que é produzido internamente por ele, a partir de uma autoria consciente. Para o autor,

Poderíamos definir literatura afro-brasileira como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclore, exotismo, regionalismo) (LOBO, 2007, p. 315 *apud* VIEIRA, 2023, p. 2)

Essa definição estabelece um diálogo direto com as formulações de Domício Proença Filho (2004) em seu clássico ensaio “A trajetória do negro na literatura brasileira”. O crítico literário identifica dois posicionamentos fundamentais, e historicamente concorrentes, na história do discurso literário nacional: a condição do negro como objeto, fruto de uma visão invariavelmente distanciada e exótica, e o negro como sujeito, decorrente de uma atitude manifestamente compromissada e politizada. De um lado, estruturou-se ao longo dos séculos uma literatura sobre o negro; de outro, consolida-se contemporaneamente uma literatura do negro. A escrevivência evaristiana representa, nesse panorama, o amadurecimento teórico e artístico do negro como sujeito pleno de seu próprio discurso, subvertendo a tradição de autoria hegemônica branca que transformava a vivência afrodiaspórica em mero espetáculo exótico ou alegoria sociológica.

Para apreender a radicalidade da escrevivência no campo da teoria literária ocidental, faz-se indispensável estabelecer sua diferenciação e consequente ruptura em relação à escrita autobiográfica tradicional. Historicamente, o gênero autobiográfico consolidou-se no Ocidente a partir da centralidade filosófica do sujeito moderno — um sujeito que se pretendia universal e neutro, mas que, sob uma análise crítica, correspondia invariavelmente ao perfil do homem branco, burguês, letrado e proprietário. Na tradição ocidental clássica, a autobiografia sustenta-se sobre o chamado “pacto autobiográfico”, no qual o autor, o narrador e o personagem coincidem em uma identidade individualizada e indivisível, cuja trajetória linear e cronológica busca celebrar a excepcionalidade de suas conquistas, o refinamento de sua interioridade ou o sucesso de seu desenvolvimento intelectual e econômico (Lejeune, 2014).

A escrevivência fratura e implode esse pacto individualista ao introduzir uma dimensão coletiva que lhe é indissociável. Na obra de Evaristo, o pronome “eu” que enuncia nunca opera de forma isolada ou solipsista; ele é, por definição e imperativo político, um “nós” expandido no tempo e no espaço. A vivência individual da mulher negra que escreve serve como um portal mnemônico ou uma caixa de ressonância destinada a acolher, processar

e ecoar as trajetórias, as dores, os traumas e as sofisticadas estratégias de resistência de uma coletividade inteira que compartilha a herança histórica do cativo colonial e da exclusão social perpetuada no pós-abolição. Nas reflexões analíticas trazidas por Duarte, Côrtes e Alves (2020), evidencia-se que a escrevivência transborda os limites do ego para se converter em um registro historiográfico e afetivo de base estritamente comunitária. Portanto, enquanto a autobiografia burguesa busca a consagração e a diferenciação do sujeito singular, a escrevivência almeja a emancipação e a visibilidade do sujeito coletivo.

Esta diferença substancial repousa, fundamentalmente, na ativação da memória coletiva e da ancestralidade como eixos estruturantes da sustentação narrativa. Como discute Vieira (2023), a literatura negra atua como uma ferramenta crucial de resistência e de afirmação identitária que permite à comunidade afrodescendente resgatar histórias outrora silenciadas e subverter as narrativas eurocêntricas hegemônicas. A escrevivência não se limita à recordação factual, documental ou cronológica de eventos vividos nos estreitos limites de uma única existência biográfica; ao contrário, ela aciona o que se pode definir como uma memória corpórea, afetiva e ancestral.

Trata-se, portanto, de trazer à superfície das páginas as marcas do passado colonial que permanecem profundamente inscritas nos corpos, nos gestos, nos silêncios e nas falas das mulheres negras contemporâneas. Ao fundir deliberadamente a experiência pessoal com as histórias transmitidas pela rica tradição da oralidade através das gerações, Conceição Evaristo esmaece as fronteiras rígidas que a crítica ocidental eurocêntrica estabelece entre o factual e o ficcional, entre a história e o mito, criando um espaço discursivo autônomo e soberano.

Essa fusão ontológica confere à escrevivência o poder político e poético de preencher os vazios profundos, as rasuras e os apagamentos deliberados pouco representados nos registros oficiais e pela historiografia tradicional da nação. Diante do silenciamento sistemático imposto pela violência colonial e pelo racismo estrutural, a ficção aliada à vivência de corpo e alma torna-se o único instrumento capaz de restituir a humanidade, a complexidade e a historicidade dos sujeitos marginalizados. O ato de lembrar, grafar e narrar transforma-se, assim, em um ritual de cura coletiva e de reparação estética indispensável. A escrita passa a ser o lugar exato onde o passado escravista é confrontado, despido de suas mistificações e ressignificado, permitindo que a subjetividade feminina negra deixe de ocupar a degradante posição de objeto exótico ou subalterno na literatura para se erguer como sujeito pleno de seu próprio discurso e destino.

Podemos sintetizar as principais distinções teóricas e metodológicas entre os dois modelos de escrita na tabela estruturada abaixo, demonstrando a ruptura paradigmática operada pela autora mineira:

Tabela 1: Quadro comparativo entre a Autobiografia Tradicional Eurocêntrica e a Escrivivência de Conceição Evaristo.

Crítério de Análise	Autobiografia Tradicional Eurocêntrica	Escrivivência de Conceição Evaristo
Foco do Sujeito	Individual, singular e centrado no "eu" universalizado.	Coletivo, plural e baseado na fusão entre o "eu" e o "nós".
Estatuto da Memória	Factual, linear, cronológica e estritamente documental.	Ancestral, espiralar, corpórea, afetiva e comunitária.
Fronteira Discursiva	Separação rígida entre a verdade histórica e a fabulação.	Borramento deliberado entre a vivência real e a criação poética.
Objetivo Político	Celebração da trajetória individual ou intelectual do autor.	Denúncia social, insubordinação estética e cura coletiva.

Fonte: Criada pelo autor

A partir dessa sólida estruturação conceitual, compreende-se que a escrevivência institui uma nova ordem de leitura, recepção e produção que desafia abertamente as teorias literárias tradicionais. Ela exige do crítico literário contemporâneo uma sensibilidade aguçada que dê conta não apenas do texto em sua camada puramente formal, mas das condições históricas e materiais de sua emergência, validando a oralidade, a ancestralidade e a experiência comunitária como matrizes geradoras de um conhecimento legítimo, sofisticado e politicamente engajado. É nesse horizonte de insubordinação estética que se torna imperativo examinar de que maneira suas estratégias narrativas enfrentam e desarticulam os estereótipos históricos legados pela tradição, como se analisará a seguir.

3 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA: ESTRATÉGIAS NARRATIVAS E O ROMPIMENTO COM OS SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS

A produção ficcional e poética de Conceição Evaristo materializa de forma contundente os pressupostos teóricos da escrevivência ao edificar personagens que implodem as representações estereotipadas, redutoras e desumanizantes construídas historicamente pelo

cânone literário nacional. Para que se possa mensurar a profundidade e a relevância desse rompimento estético, torna-se essencial resgatar o percurso histórico do negro na literatura brasileira.

Como detalha Domício Proença Filho (2004) em seu minucioso levantamento crítico, o tratamento marginalizador, reducionista e distanciado marca a etnia negra desde os primórdios das instâncias fundadoras do nosso processo de construção social. Desde o século XVII, nos versos satíricos e demolidoramente moralistas de Gregório de Matos, a presença de pretos, mestiços e mulatos na Bahia era mobilizada como um índice de degradação social, associada à perda da honra e da vergonha urbana, reduzindo esses corpos a objetos de escárnio ou de utilidade puramente mercantil.

No decorrer do século XIX, consolidou-se na literatura nacional a visão estereotipada e instrumental que iria prevalecer, com poucas e raras variações, até as últimas décadas do século XX. Apoiado em categorizações críticas, Proença Filho (2004) mapeia os arquétipos fundamentais que limitavam o sujeito negro nas obras de autoria branca dominante, enclausurando-o em moldes ideológicos rígidos.

O primeiro desses grandes arquétipos é a figura do “escravo nobre”, cuja dignidade, nobreza de caráter e aceitação social estavam intimamente vinculadas ao seu processo de branqueamento (físico ou moral) e à sua total resignação diante da violência senhorial. São os casos emblemáticos da protagonista do romance “A escrava Isaura” (1872), escrito por Bernardo Guimarães, e de Raimundo, o herói de olhos azuis criado por Aluísio de Azevedo em “O mulato” (1881). Em ambos os textos, a humanização dos personagens depende de sua submissão e do distanciamento de sua herança africana, como é possível depreender dos trechos a seguir:

Mas senhora, apesar de tudo isso que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... São trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala [...] sei conhecer o meu lugar (Guimarães, 1872, p. 13 *apud* Proença Filho, 2004, p. 162).

É só ser padre! E no fim de contas estão se vendo, às duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isto tem jeito?... O governo devia até tomar uma medida séria a este respeito! Devia proibir aos cabras certos misteres!... Que conheçam seu lugar!... [...] Deviam ser burros! burros! que só prestassem mesmo para nos servir! (Azevedo, p.14).

Ainda de acordo com Proença Filho (2004), somado ao “escravo nobre”, a literatura oitocentista consolidou o arquétipo do “negro vítima”, marcado pela passividade absoluta, perceptível inclusive na poesia abolicionista de Castro Alves, que, apesar de seu inegável

valor histórico, operava uma assimilação dos personagens aos ideais de comportamento da raça dominante para facilitar a identificação moral da plateia burguesa.

Na passagem para o Naturalismo, emergem o “negro infantilizado e serviçal” e sua antítese violenta, o “escravo demônio” ou a “fera pervertida”, recorrentes nas obras de Júlio Ribeiro e Adolfo Caminha. Na corporalidade feminina, o ápice da distorção dá-se na figura da mulata hipersexualizada e animalizada, cujo exemplo paradigmático é a Bertoleza de *O cortiço* (1900), de Aluísio de Azevedo, descrita em sua rotina degradante de exploração e subalternidade total, como evidencia o trecho a seguir:

Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil-réis por mês e, apesar disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria. [...] João Romão tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia e era também quem punha e dispunha dos seus pecúlios... (Azevedo, 1997, p.1)

A persistência histórica dessas ausências, silenciamentos e distorções representacionais é corroborada empiricamente por dados contemporâneos da sociologia da literatura brasileira. Conforme demonstrado no artigo de Vieira (2023), as pesquisas coordenadas por Regina Dalcastagnè (2008) sobre o romance brasileiro contemporâneo evidenciam a manutenção desse abismo representacional nas produções do mercado editorial hegemônico, demonstrando que as exclusões do passado colonial reverberam diretamente no presente:

Os negros são 7,9% das personagens, mas apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores; embora em proporção menos drástica, uma redução similar ocorre no caso dos mestiços. Juntando os dados anteriores, é possível observar a ampla predominância de homens brancos nas posições de protagonista ou de narrador, enquanto as mulheres negras mal aparecem (Dalcastagnè, 2008, p. 91 *apud* Vieira, 2023, p. 3).

É em resposta direta e insurgente a esse confinamento estético e estatístico que a escrita ficcional de Conceição Evaristo se manifesta na coletânea de contos “Olhos d'água” (2014) e no romance “Ponciá Vicêncio” (2003). Evaristo adota estratégias narrativas refinadas e intencionais que devolvem a complexidade psicológica, a dignidade, as contradições e a agência histórica a esses sujeitos. A dor, o trauma e a vulnerabilidade social deixam de ser marcas de passividade e passam a figurar como o solo sobre o qual se constrói a consciência crítica e a revolta.

Conforme sustentam Duarte, Côrtes e Alves (2020), as mulheres evaristianas não são vítimas inertes das circunstâncias; elas mobilizam uma profunda solidariedade comunitária e saberes ancestrais como estratégias de sobrevivência e de afirmação identitária, como evidencia o excerto a seguir: “Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro.” (Evaristo, 2014, p. 109). Essa frase, dita por uma das personagens do conto “A gente combinamos de não morrer”, corrobora com o exposto anteriormente evidenciando o complexo de questões sociais e existenciais sempre presente nas obras da autora supracitada. No mesmo sentido, no conto “Maria”, a protagonista é uma empregada doméstica que retorna para casa levando os restos da festa da patroa para alimentar os filhos. A citação a seguir comprova o enunciado supracitado: “...No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa”. (Evaristo, 2014, p. 39).

Uma das principais estratégias narrativas mapeadas na coletânea “Olhos d'água” (2014) é a centralização da matrilinearidade e dos laços afetivos femininos como eixos de resistência psicológica e material. Embora essa configuração seja particularmente evidente no conto “Olhos d'água”, ela também atravessa outros textos da coletânea. Em “Duzu-Querença”, a ancestralidade feminina manifesta-se na transmissão de saberes, da memória e da esperança entre avó, filha e neta, fazendo da descendência um espaço de continuidade e resistência, como evidencia o fragmento abaixo:

E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que eles florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso movimentar a vida, encontrar novos caminhos. (Evaristo, 2014 p. 36-37).

Em “Quantos filhos Natalina teve?”, outro conto da coletânea, a maternidade é problematizada a partir da autonomia da protagonista sobre seu próprio corpo e de sua recusa em aceitar os papéis sociais impostos às mulheres negras: “Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. **Só seu.** De homem algum, de pessoa alguma”. (Evaristo, 2014, p. 43, grifo meu).

No conto homônimo, “Olhos d'água”, a narradora-personagem empreende uma busca obsessiva e mnemônica pela cor dos olhos de sua mãe, um detalhe que havia se perdido em meio às urgências da pobreza e da luta diária pela subsistência. Esse retorno à figura materna simboliza o resgate da ancestralidade e a percepção de que o choro e o sofrimento

transmitidos de geração em geração não representam derrota, mas sim uma torrente contínua de vida:

Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis, em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. (Evaristo, 2014, p. 16-17).

Como observa Evaristo (2009) em suas reflexões críticas citadas por Vieira (2023), os personagens da textualidade afro-brasileira contemporânea são descritos a partir de uma valorização positiva de suas peles, traços físicos e heranças culturais, destoando radicalmente dos modos estereotipados tradicionais.

No conto “Ana Davenga”, por exemplo, a autora expõe a crueza da violência de Estado nas periferias urbanas brasileiras, mas humaniza o casal marginalizado pela narrativa oficial. Ana Davenga é descrita em sua intimidade, em seus desejos e em seu medo, rompendo com a despersonalização comum com que os corpos negros são tratados nos relatórios policiais. Da mesma forma, em “Duzu-Querença”, o retrato de uma mulher em situação de rua evoca a densidade de uma memória marcada pela perda e pelo abandono, mas também pela recusa em desaparecer totalmente da paisagem social, conferindo voz e subjetividade a quem a sociedade estruturalmente destituiu do direito à palavra.

No plano romanesco, “Ponciá Vicêncio” (2017) aprofunda essa discussão ao utilizar a estratégia do tempo espiralar para contrapor e denunciar as continuidades do processo de escravização na modernidade urbana. A trajetória da protagonista, Ponciá, é marcada por um constante trânsito mental e espiritual entre o passado rural de seus avós escravizados e o presente de exclusão na cidade grande, onde trabalha na informalidade. O tempo, nessa narrativa, não caminha em uma linha reta progressiva; ele se dobra sobre si mesmo, demonstrando que as feridas e os traumas do cativeiro colonial continuam abertos e operantes nas dinâmicas sociais contemporâneas. Essa sobreposição temporal e a permanência do trauma colonial são explicitadas no próprio pensamento da protagonista:

A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser. [...] De que valera o padecimento de todos aqueles que ficaram para trás? De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem o ideal quilombola? De que valera o desespero de Vô Vicêncio? [...] A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era

escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia (Evaristo, 2017, p. 110-111).

O silêncio de Ponciá Vicêncio, frequentemente interpretado pela crítica tradicional como apatia, revela-se, sob a ótica da escrevivência, como uma estratégia de recolhimento, autoproteção e gestação da resistência. Trata-se de um silêncio denso, prenhe de memória, que se recusa a dialogar com as estruturas que a oprimem. Ao final da narrativa, a reconexão de Ponciá com sua família e com a herança identitária de seus antepassados aponta para a emancipação por meio do reconhecimento da tradição. Evaristo demonstra que fraturar o silenciamento histórico não significa apenas falar na língua do opressor, mas sim reconstruir os canais de comunicação com a própria comunidade, transformando a memória dolorosa em patrimônio de resistência política.

Ponciá Vicêncio deitou na cama imunda ao lado do homem e de barriga para cima ficou com o olhar encontrando o nada. Veio-lhe a imagem de porcos no chiqueiro que comem e dormem para serem sacrificados um dia. Seria isto vida, meu Deus? Os dias passavam, estava cansada, fraca para viver, mas coragem para morrer também não tinha. (Evaristo, 2017, p. 29-30).

Em suma, a literatura de Conceição Evaristo consolida-se como um divisor de águas ao fraturar as amarras estéticas e ideológicas que historicamente aprisionaram a mulher negra na condição de objeto ou caricatura. Ao transformar o trauma colonial e a vivência comunitária em matéria de alta potência poética, a escrevivência não apenas reescreve o percurso da ficção nacional, mas desestabiliza a própria autoridade do cânone acadêmico. Desse modo, a superação desses silenciamentos no plano da criação literária projeta um imperativo ético incontornável para o campo do ensino: a urgência de deslocar essas produções do lugar de exceção e inseri-las no centro da formação de professores, movimento que passa a ser debatido a seguir.

4 O PAPEL DA AUTORIA NEGRA FEMININA NO CURRÍCULO DE LETRAS: A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E O ENSINO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A introdução, a permanência e a discussão sistemática da autoria negra feminina nos currículos dos cursos de licenciatura em Letras configuram um desafio político, metodológico e ético que ultrapassa a mera inclusão cosmética de escritoras marginalizadas em listas de leituras complementares. Trata-se, essencialmente, de promover uma intervenção estrutural na

geopolítica do conhecimento acadêmico, cuja historicidade revela um longo percurso de silenciamentos e disputas por representação.

Como teoriza a intelectual e educadora Nilma Lino Gomes (2017) em sua obra seminal “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, as transformações curriculares na educação brasileira não decorrem de uma concessão espontânea das instituições, mas são frutos históricos das lutas dos movimentos sociais. O movimento negro, em especial, atuou ao longo de décadas como uma instância produtora de saberes políticos, epistemológicos e artísticos fundamentais, capazes de reeducar o Estado e a academia a partir de uma perspectiva descolonial.

Essa perspectiva histórica é indispensável para compreender que a hegemonia de um cânone literário majoritariamente branco, masculino e eurocêntrico nos cursos de Letras não é neutra; ela reflete o fenômeno do racismo epistêmico perpetuado desde o período colonial. Esse mecanismo operou historicamente desqualificando ou relegando ao esquecimento as produções intelectuais e estéticas oriundas de sujeitos subalternizados, rotulando-as de “folclóricas” ou “menores”, desprovidas do suposto rigor formal exigido pela alta cultura.

Portanto, analisar a historicidade desse conteúdo implica reconhecer que os mesmos arquétipos redutores discutidos no item anterior – que transformavam a mulher negra em objeto ou apêndice hipersexualizado da literatura nacional (Proença Filho, 2004) – serviram de justificativa para excluí-la da condição de produtora de conhecimento dentro das universidades. Para subverter essa dinâmica violenta e histórica, torna-se indispensável a mobilização do conceito de “lugar de fala”, conforme sistematicamente formulado por Djamila Ribeiro (2019) e discutido no trabalho de Vieira (2023):

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível "voz de ninguém", como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. (Ribeiro, 2019, p. 89-90 apud Vieira, 2023, p. 3).

A reflexão de Ribeiro evidencia, portanto, a falsa neutralidade do discurso acadêmico tradicional. A suposta "universalidade" do cânone literário não passa da imposição da voz de um sujeito hegemônico — branco e eurocêntrico — que teve o privilégio de não ter seu corpo questionado. Reconhecer o lugar de fala torna-se, assim, um ato de reivindicação ontológica e epistêmica. É precisamente a partir dessa corporificação do saber que se compreende o impacto das mudanças curriculares.

Quando escritoras como Carolina Maria de Jesus ou Conceição Evaristo são pautadas no centro do debate acadêmico, elas operam um audacioso movimento de insurreição que fratura a linearidade desse apagamento histórico (Evaristo, 2009 *apud* Vieira, 2023). Contudo, o resgate dessa historicidade e o fortalecimento de uma consciência crítica no ensino de relações étnico-raciais exigem rigor teórico para evitar novas formas de marginalização.

Conforme adverte Domício Proença Filho (2004), o campo acadêmico precisa estar atento a armadilhas teóricas sutis que cercam a categorização da chamada “literatura negra”. O crítico pondera que restringir a avaliação de um texto exclusivamente à sua dimensão documental ou de “oportunidade histórica” pode, paradoxalmente, isolar essa produção em um nicho menor, esvaziando seu valor estético:

O que julgo se deve considerar é que nesses textos há o centramento na causa do negro no Brasil, na luta por sua indiscutível afirmação cultural na realidade brasileira [...] É preciso, entretanto, ter sempre em mente que a arte literária compromissada precisa ser arte literária antes de ser compromissada, sob pena de descaracterizar-se e perder seu poder de repercussão mobilizadora [...] literatura não tem cor (Proença Filho, 2004, p. 187).

Dessa forma, a inserção da autoria negra feminina no currículo de Letras ganha sua máxima potência quando a escrivência de Evaristo é validada não apenas como um manifesto sociológico, mas como uma proposta estética sofisticada e autônoma, que enriquece a própria teoria literária contemporânea (Duarte; Côrtes; Alves, 2020). Essa compreensão instrumentaliza pedagogicamente os futuros licenciados para a aplicação efetiva da Lei nº 10.639/2003 na educação básica. Longe de ser um apêndice burocrático, essa legislação – resultado histórico da pressão do movimento negro – exige que o professor supere o tratamento folclorizado das populações negras nos livros didáticos, abordando-as como sujeitos plenos de história, arte e subjetividade.

Essa transformação pedagógica e curricular encontra um ponto de sustentação teórica nas formulações da pensadora feminista negra Bell Hooks (2013), em sua clássica obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”. Hooks defende a urgência de uma “pedagogia engajada”, que compreenda a sala de aula como um espaço de transgressão política e de mútua humanização, essencial para a formação de uma consciência crítica. Para a autora, trazer as vozes historicamente silenciadas para o centro do currículo desmistifica as relações de poder e permite o ensino real das relações étnico-raciais:

A educação como prática da liberdade é um movimento que exige que nos engajemos ativamente em um diálogo crítico com o mundo e com o conhecimento

que nos é apresentado. Trazer vozes marginalizadas para o centro do currículo não é apenas um ato de generosidade com as minorias, mas uma necessidade epistemológica para que a educação cumpra sua função social de desmistificação e emancipação (Hooks, 2013, p. 44).

Em suma, a articulação entre a autoria negra feminina e o currículo de Letras atua como uma estratégia indispensável de justiça epistêmica e de letramento antirracista. Ao recuperar o fio condutor da historicidade dessas produções, o ensino promove um duplo movimento de conscientização crítica: por um lado, retira os estudantes não negros da zona de conforto da universalidade presumida, forçando-os a reconhecer a parcialidade do cânone tradicional; por outro lado, estabelece um profundo processo de identificação e fortalecimento subjetivo para os estudantes negros, que passam a ver suas vivências e ancestralidades chanceladas como matéria-prima da literatura e da ciência. A escrevivência, portanto, deixa de ser um mero tópico do programa e passa a funcionar como uma práxis pedagógica emancipatória, fundamental para a consolidação de uma educação antirracista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação partiu da necessidade de compreender de que maneira o conceito de escrevivência, proposto por Conceição Evaristo, atua como um instrumento de resistência, de reconstrução da identidade da mulher negra e de ruptura com a matriz eurocêntrica do ensino de Letras. Ao término desta análise, confirma-se a hipótese inicial de que a escrita evaristiana dissolve as fronteiras rígidas entre ficção e realidade, reconfigurando a subjetividade da mulher negra fora dos estigmas coloniais e servindo como um dispositivo duplo: de denúncia social e de cura ancestral.

A análise do corpus ficcional forneceu evidências concretas sobre como a escrevivência se consolida enquanto práxis de insurreição estética. No plano dos contos de “Olhos d’água” (2014), a investigação revelou que a centralização da matrilinearidade e o resgate da memória afetiva funcionam como tecnologias de sobrevivência. Em “Olhos d’água”, a busca mnemônica pela cor dos olhos da mãe demonstra que a dor herdada não se traduz em passividade, mas em fluxo contínuo de vida; em “Duzu-Querença” e “Quantos filhos Natalina teve?”, a ancestralidade e o domínio sobre o próprio corpo emergem como estratégias de recusa à dominação patriarcal e de afirmação da autonomia existencial. Do mesmo modo, a humanização da intimidade em “Ana Davenga” e a exposição da fome e do afeto em “Maria” e “A gente combinamos de não morrer” rompem com a despersonalização histórica que reduzia os corpos negros a dados estatísticos ou a relatos policiais.

No âmbito romanesco, a análise de Ponciá Vicêncio (2017) evidenciou como a operacionalização do tempo espiralar desestabiliza a concepção linear eurocêntrica e expõe as continuidades do trauma colonial na modernidade urbana. O trânsito mental e espiritual da protagonista entre o passado do cativo e o presente de exclusão demonstra que as feridas da escravização permanecem abertas no tecido social contemporâneo. A investigação comprovou, ainda, que o aparente alheamento de Ponciá não é sinal de apatia, mas sim um silêncio tático — um gesto de preservação e recolhimento mnemônico que culmina no reencontro com a coletividade e na recusa em falar a língua do opressor. É nessa fricção entre o corpo que lembra e a palavra que inscreve a história que se fundamenta a afirmação de que a escrevivência tensiona e revoluciona a teoria literária: ela retira a escrita de uma dimensão contemplativa e abstrata e a converte em território corporificado de inscrição da historicidade subalternizada.

No tocante à dimensão curricular e pedagógica, o estudo demonstrou que a inserção sistemática da autoria negra feminina nos cursos de Licenciatura em Letras não pode ser reduzida a uma concessão aditiva ou formal. A contribuição fundamental deste trabalho residiu em explicitar que a incorporação da escrevivência e da noção de "lugar de fala" (Ribeiro, 2019) atua como uma intervenção de justiça epistêmica. Ao desarticular a hegemonia de um cânone historicamente pautado em arquétipos reducionistas (Proença Filho, 2004), o estudo evidenciou que a literatura de autoria negra oferece as bases teóricas e metodológicas necessárias para a implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003, promovendo um letramento antirracista capaz de desnaturalizar privilégios brancos e fortalecer a subjetividade de estudantes negros.

Não obstante os resultados alcançados, reconhecem-se as limitações desta pesquisa. O recorte analítico deteve-se primordialmente em dois textos de Conceição Evaristo — a coletânea de contos *Olhos d'água* e o romance *Ponciá Vicêncio* —, deixando à margem outras obras relevantes do projeto estético da autora, como o romance *Becos da Memória* (2006) e sua produção poética reunida em *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008). Além disso, por focar em uma abordagem eminentemente bibliográfica e hermenêutica, o trabalho não investigou a recepção empírica dessas obras na prática pedagógica real de salas de aula da educação básica ou universitária.

Para pesquisas futuras, abrem-se fertilíssimas possibilidades de investigação. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre a escrevivência de Conceição Evaristo e a produção de outras escritoras contemporâneas da diáspora negra. No

campo da pesquisa aplicada em educação, vislumbra-se a realização de investigações qualitativas e de intervenção (pesquisa-ação) que acompanhem o impacto do ensino da escrevivência na elaboração de memoriais acadêmicos e na escrita criativa de graduandos em Letras, avaliando em que medida a apropriação dessa poética de insubordinação pode efetivamente reconfigurar as identidades docentes e a práxis do ensino de literatura.

Declaração do Uso de IA

Durante a preparação deste texto, o autor utilizou Gemini (versão Pro 3.6 flash) entre junho e julho de 2026 para avaliação do texto e melhorias gramaticais e semânticas e adequação da linguagem acadêmica ao texto. Após o uso destas ferramentas, o autor revisou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 1997.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. São Paulo: Ática, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-82, 2008.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; ALVES, Maria do Rosário (org.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. Ana Davenga. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escrevivência de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no texto, mulheres na história**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 2026.

EVARISTO, Conceição. Maria. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. p. 39-44.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1972.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEITE, Magna Maria Siqueira; NOLASCO, Edgar Cézar. **A escrevivência evaristiana: um gesto epistêmico decolonial**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1-18, 2019.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à literatura contemporânea**. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LOBO, Luiza. A literatura afro-brasileira. In: LOBO, Luiza. **Guia de escritoras brasileiras**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

VIEIRA, Natanael. A escrevivência na literatura afro-brasileira e o ensino de relações étnico-raciais. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU**, 9., 2023, João Pessoa. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Fortaleza: EdUECE, 1996.